

A atuação de Ermírio na comissão constitucional

RODRIGO BARBOSA
Do Sucursal do Rio

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, 57, candidato ao governo de São Paulo (ainda sem partido), é contrário à redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais e favorável a um salário-mínimo maior. Ele defende o direito de greve, com restrição às atividades consideradas essenciais, e propõe a criação de instituições privadas, de caráter municipal, para gerir um fundo que arcaria com o pagamento do salário-desemprego. Quer que as empresas públicas fiquem sujeitas às mesmas condições de tributação impostas às empresas privadas e que só se constituam novas estatais para prestação de serviços públicos, não podendo exercer atividades econômicas.

Estas são algumas das posições manifestadas por Antônio Ermírio de Moraes como membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, instituída em setembro de 85 pela Presidência da República para preparar um "esboço de anteprojeto de Constituição" como contribuição oficial para o Congresso constituinte. Ele foi relacionado para integrar a Comissão pelo presidente Tancredo Neves, seu idealizador, e nomeado pelo presidente José Sarney. Antônio Ermírio participou de janeiro a março de dois dos dez comitês temáticos em que se subdividiu a Comissão (os que discutiram "ordem social" e "ordem econômica"). Foi voto vencido em questões como a fixação da jornada de quarenta horas (aprovada pelo comitê sobre "ordem social"), mas teve muitas de suas propostas aprovadas como as restrições às empresas públicas e o incentivo à atividade produtiva do aposentado.

As principais polêmicas em que Antônio Ermírio esteve envolvido, nas reuniões da Comissão, ocorreram nos debates sobre a "ordem social". Ele, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

O CANDIDATO NA COMISSÃO CONSTITUCIONAL		
Tema	Antônio Ermírio	Decisão dos comitês
Direito de greve	A favor, com restrição nas "atividades essenciais"	a favor, sem restrição
Jornada de 40 horas	contra	a favor
Livre associação sindical	a favor	a favor
Comissões de fábrica	não opinou	a favor
Igualdade tributária entre empresa pública e privada	a favor	a favor
Salário-desemprego	a favor	contra
Isenção de impostos sobre trabalho de aposentados	a favor	a favor
Extinção da contribuição sindical compulsória	a favor	a favor (a ser feita de forma gradativa)
Habitação - comissão por empresa	a favor	a favor

Os temas foram submetidos a votação nos comitês temáticos em que se dividiu a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Serão votados em reunião plenária de 31 deste mês a 4 de abril

(Fiesp), Luis Eulalio de Bueno Vidigal, e o empresário e presidente do PFL do Rio, Sérgio Quintella, ficaram, em várias ocasiões, "do lado contrário" ao ocupado pelo diretor do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), Walter Barelli, pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, e do representante do movimento negro de São Paulo, Hélio Santos. "Tudo num clima de muita cordialidade", afirma o presidente do comitê, o jurista Evaristo de Moraes Filho, 70.

Os temas discutidos, votados e aprovados nos comitês serão, na próxima semana, submetidos à votação de toda a Comissão (51 membros), em reunião plenária que será realizada no Hotel Glória, no Rio.

Voltará à pauta o direito de greve: o comitê da "ordem social" aprovou um artigo que diz apenas que "é reconhecido o direito de greve". Ermírio e outros membros querem que se acrescente a expressão "na forma da lei", para que uma lei ordinária não permita a extensão deste direito a "atividades essenciais". A jornada de quarenta horas, também aprovada, será novamente discutida — Ermírio defende a tese de que o Brasil, país em desenvolvimento, "não deve trabalhar menos, mas pagar melhor o trabalhador". Por isto, foi favorável ao artigo aprovado que diz que o trabalhador tem direito a "salário real e justo capaz de satisfazer as suas necessidades normais e as de sua família". Walter Barelli considera a inclusão do termo salário real, "na prática, a

implantação da correção salarial automática, de acordo com o índice mensal de inflação".

Em documento apresentado ao comitê sobre "ordem econômica", Antônio Ermírio sugere "uma revisão tanto da política de preenchimento de espaços vazios pela atividade estatal como da excessiva intervenção do Estado na economia de mercado". As sugestões foram aceitas. A Comissão aprovou os textos: "A atuação do Estado como agente econômico ocorrerá somente em casos excepcionais"; "o Estado não discriminará em favor da empresa pública e qualquer benefício a ela concedido será estendido às empresas privadas"; "a empresa pública que explorar a atividade não monopolizada ficará sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas".

Na área de saúde, Antônio Ermírio apresentou a proposta de redefinição do Ministério da Previdência Social, que ficaria apenas com a "concessão e manutenção dos benefícios". A área médica, incluindo todos os serviços de saúde do INPS, passaria para o Ministério da Saúde. Na área habitacional, ele sugeriu a criação de um Fundo, administrativo por uma comissão em cada empresa, com participação de empregado e empregador, e recursos das próprias contribuições da empresa (PIS/Passap, Finsocial), para a construção e distribuição de moradias, a partir de regras próprias.

Outra proposta do empresário foi a de que sejam intituídas "isenções fiscais para os aposentados sobre os rendimentos da atividade que vierem a desenvolver no mesmo ramo em que se aposentaram". E também a criação de um "fundo a ser gerido por instituição privada de âmbito municipal que pagará um salário-desemprego a todo trabalhador que cair na condição de desempregado". Os recursos para o fundo seriam preferencialmente "oriundos das diversas contribuições sociais e sindicais já existentes".

Para Barelli, empresário defendeu posições avançadas

Do Sucursal do Rio

As conclusões dos comitês temáticos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que discutiram os temas "ordem social" e "ordem econômica" "refletem a posição da Comissão que, em sua maioria de membros, está sintonizada com os movimentos de transformação política e social", declarou o diretor do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), Walter Barelli, 46. Para ele, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, candidato ao governo de São

Paulo (ainda sem partido), apresentou "posições avançadas" nos debates dos comitês. "Agora, é importante que a sociedade se manifeste favoravelmente para que o plenário da Comissão referende as decisões dos comitês", disse Barelli. "Apreendi que, no Brasil, só com pressão externa consegue-se vitórias deste tipo", disse.

O diretor do Dieese foi companheiro de Antônio Ermírio em duas etapas do trabalho da Comissão: na primeira, entre outubro e dezembro de 85, quando os seus integrantes se reuniram por região, os dois partici-

param da seccional de São Paulo. "Ermírio estava sempre presente, tinha participação ativa", relatou Barelli. Nesta etapa, Antônio Ermírio apresentou suas propostas nas áreas de saúde, empresas públicas, habitação e um trabalho em que sugere a criação de um Conselho Mineiro-Metalúrgico, que seria o responsável pelas concessões de exploração de minas e jazidas.

Na etapa seguinte, Ermírio e Barelli participaram dos comitês temáticos que discutiram "ordem econômica" e "ordem social". O diretor do Dieese disse que Antônio

Ermírio esteve presente em "umas três reuniões" do comitê sobre "ordem social", onde ocorreram os maiores debates, principalmente em torno de temas como direito de greve e redução da jornada de trabalho. "Houve bons debates, mas saiu majoritária uma posição bastante avançada, sintonizada com o espírito do país na época da campanha pelas 'diretas-já'", disse Barelli. A ausência de Antônio Ermírio e dos empresários Sérgio Quintella e Luis Eulalio de Bueno Vidigal em algumas reuniões "facilitou esta posição", afirmou o diretor do Dieese. (R.B.)